



Guia do Estudante

As orientações abaixo o ajudarão em sua trajetória de aprendizagem.

O material didático, elaborado conforme os preceitos da Educação a Distância, é autoinstrucional, e o próprio aluno determina seu ritmo de estudos. Compõe-se de módulos e unidades, com informações e exercícios objetivos e de múltipla escolha necessários para o cumprimento dos objetivos propostos.

Prazo - O sistema considera o dia da sua matrícula como data inicial do curso. A partir de então, você terá 60 dias para conclusão. O não cumprimento do prazo estabelecido implicará o cancelamento automático de sua matrícula e consequente impedimento por 3 meses de nova matrícula nos cursos

oferecidos pelo ILB.

Atividades de estudo - Diversas atividades irão auxiliá-lo, funcionando como reforço na aprendizagem. Após o estudo do conteúdo de cada unidade e módulo, você deverá realizar os Exercícios. Essas atividades foram desenvolvidas para você mesmo verificar o progresso obtido ao longo do percurso. As autoavaliações serão corrigidas automaticamente pelo sistema.

Avaliação Final - Para concluir o curso, faça a Avaliação Final, clicando no item "Avaliações" do menu lateral. Lembre-se de que a Avaliação Final, além de ser o único instrumento válido para a certificação do curso, **não poderá ser refeita depois de salva**. Logo, responda as questões apenas quando tiver certeza da resposta.

IMPORTANTE: Você só pode acessar a Avaliação Final quando concluídas todas as etapas do curso. O sistema não permite um segundo acesso. **Ao acessar a avaliação, você deve fazê-la por completo.**

(Atenção: quando se passam muitos minutos sem ação do usuário, o sistema bloqueia o acesso automaticamente).

Certificação - Na Avaliação Final você deverá obter no mínimo **70 pontos** (de 100 possíveis). Nesse caso, será aprovado e fará jus à certificação. O certificado será disponibilizado 60 (sessenta) dias após a data de efetivação da matrícula. Caso não tenha obtido o desempenho exigido, não desista. Você pode inscrever-se novamente neste ou em outro de nossos cursos sem tutoria após 3 meses. O ILB não fornece autenticação digital ou quaisquer outras comprovações além do certificado e da declaração emitidos eletronicamente e impressos pelo próprio aluno.

Suporte técnico

O Núcleo Web do ILB oferece apoio a problemas de acesso ao ambiente virtual de aprendizagem e orientações para a utilização dos recursos e ferramentas de EaD.

E-mail: ilbead@senado.gov.br

(Identifique a mensagem, informando seu nome completo e o curso em que está inscrito.)

Telefone: (00+55) (61) 3303-1475

Horários de atendimento ao aluno virtual: 10h às 12h e 15h às 17h (dias úteis)

Sugestões para um bom estudo:

- As atitudes do estudante a distância, traduzidas em hábitos de estudo, são fatores que ajudam o aluno a persistir e permanecer no curso, determinando o sucesso final.
- Administre bem seu tempo - assegure-se de que terá disponibilidade para se dedicar ao estudo.
- Execute as atividades propostas em sequência de módulos – eles são planejados de acordo com a complexidade dos conteúdos.

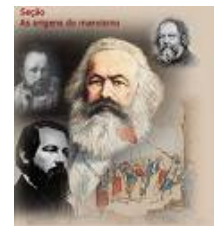
Apresentação

Estamos no início de um curso sobre Doutrinas Políticas Contemporâneas. Convém, assim, esclarecer alguns pontos sobre o significado do título e a forma do curso.

Que são doutrinas políticas contemporâneas?

Na perspectiva que aqui adotamos, são aquelas correntes de pensamento que inspiram e orientam os partidos políticos importantes – em termos de influência, voto e acesso ao poder – no mundo de hoje. Dito de outra maneira, aquelas correntes que definem os objetivos de partidos atuais e, em alguns casos, os meios recomendados para alcançar esses objetivos.

O critério, portanto, é prático. Não vamos discutir correntes de pensamento que alimentaram partidos fortes no passado, mas insignificantes no presente. Não vamos discutir, por exemplo, uma corrente conservadora, uma vez que hoje nenhum partido de peso defende o retorno à ordem econômica, social e política pré-moderna. Pela mesma razão, não discutiremos a corrente anarquista, uma vez que os partidos dessa tendência perderam peso, nos países onde ainda eram importantes, no período entre as duas guerras mundiais.



Na abordagem dessas correntes, o curso tem objetivos definidos. Ao final, o aluno deve estar capacitado a:

- identificar os argumentos que cada corrente apresenta em sua defesa;
- relacionar as críticas recíprocas levantadas entre elas; e
- discutir esses argumentos e críticas para analisar a realidade política do Brasil.

Um esclarecimento final é necessário. Grandes correntes de pensamento político não são objetos que possam ser estudados a partir de uma definição clara, unívoca, aceita por todos. Adversários e partidários têm interpretações diferentes de cada corrente, e mesmo no interior de cada uma delas encontramos divisões importantes. A seleção de assuntos e autores feita no curso é, portanto, necessariamente parcial. Escolhemos obras de autores consagrados que tratam de temas que a maior parte dos liberais, socialistas, sociais-democratas e novos esquerdistas considera fundamentais. No entanto, outros temas e autores, talvez tão importantes quanto esses, ficaram de fora. Vamos discutir, para dizer de forma mais precisa, uma seleção de temas e autores importantes para cada uma dessas quatro correntes.

MÓDULO ÚNICO - Socialismo

Módulo Único - Socialismo:

Nossas três próximas unidades serão dedicadas à discussão do *socialismo*. Vamos examinar, em primeiro lugar, algumas das condições históricas que possibilitaram o surgimento das idéias socialistas. Em segundo lugar, discutiremos algumas das idéias centrais da doutrina, tal como desenvolvidas na obra de um de seus pensadores mais influentes, **Karl Marx**. As idéias selecionadas são o materialismo, a evolução social e as *classes sociais*. Passaremos então ao debate sobre o horizonte utópico do socialismo, ou seja, sobre qual o tipo de sociedade imaginada como substituição do capitalismo. Na última unidade, finalmente, a ascensão e crise do socialismo real, até sua queda, serão nossos temas de estudo.



Ao término deste estudo, esperamos que você possa relacionar:

As condições históricas do socialismo;
 Idéias centrais da doutrina, segundo Marx: Materialismo, evolução social e classes sociais;
 utopia socialista e;
 ascensão, crise e queda do socialismo real.

Socialismo: Histórico e Conceitos Básicos

Nesta unidade vamos apresentar um breve histórico das idéias socialistas. Em seguida, examinaremos alguns conceitos fundamentais do sistema socialista de maior influência histórica, aquele desenvolvido por Karl Marx: materialismo, evolução e classes sociais. Finalmente, vamos expor e debater algumas reflexões do mesmo autor sobre a transição de uma sociedade capitalista para o socialismo.

Veremos, portanto, nesta unidade:

- histórico das idéias socialistas;
- conceitos marxistas: materialismo, evolução e classes sociais;
- reflexões de Marx sobre transição do capitalismo para o socialismo.

Para os fins do nosso curso, socialismo é entendido como o conjunto de doutrinas políticas que contestaram, em primeiro lugar, a ordem do capitalismo nascente. Criticaram essa ordem desde um duplo ponto de vista:

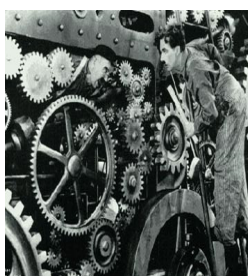
no plano ético, como injusta e desigual;
no plano dos resultados, como irracional, por dilapidar, periodicamente, recursos materiais e humanos.

Daí haverem proposto uma nova forma de organizar a sociedade, ao mesmo tempo mais justa e mais eficiente, mais eqüitativa e mais abundante. Daí seu endereçamento preferencial ao ator político excluído da ordem capitalista e, por esse mesmo motivo, interessado em superá-la: a classe operária.

A social-democracia, que será debatida em unidade própria, constitui uma diferenciação desse padrão clássico de socialismo, uma tentativa de dar resposta às mudanças por que o sistema capitalista havia passado até a virada do século XIX para o XX.

Entre as diferentes correntes socialistas destaca-se, inegavelmente, por sua relevância no plano teórico e político, o marxismo. Por essa razão, os conceitos básicos fundamentais à doutrina serão analisados a partir do enfoque da obra de Marx.

1. Histórico



O socialismo surge como reação às conseqüências indesejáveis da Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no começo do século XVIII. Importa, assim, relacionar, ainda que de forma sumária, as principais dentre essas mudanças e seus efeitos mais evidentes na sociedade.

A mudança mais visível e imediata ocorreu no campo da tecnologia. O desenvolvimento de uma série de máquinas e o uso da força motriz do vapor permitiram elevar a produtividade do trabalho a níveis nunca antes alcançados. Uma quantidade enorme, para os padrões da época, de mercadorias passou a ser produzida em tempo e custo unitário menores, desencadeando um processo de intenso crescimento econômico, principalmente na Inglaterra, centro da revolução. A disponibilidade de importantes jazidas de carvão e ferro – produtos fundamentais à nova forma de produzir – assegurou a continuidade dessa posição de vanguarda do país.

A revolução não se deteve no plano da tecnologia. Procedeu igualmente à substituição das relações estabelecidas tradicionalmente entre os homens no processo produtivo, por outras, mais adequadas às novas técnicas. A relação mestre-aprendiz, centro da produção artesanal, cedeu espaço à livre contratação e dispensa de trabalhadores assalariados, ao sabor da conveniência daqueles que dispunham de recursos para a compra das máquinas. O treinamento demorado num ofício tornou-se desnecessário, face à desqualificação do trabalho promovida pela máquina.



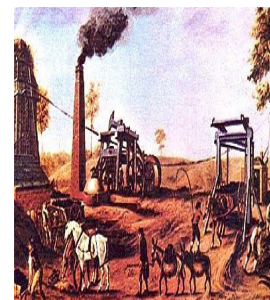
X [SAIBA MAIS sobre os avanços tecnológicos](#)

A percepção do tempo, produzida pela sociedade, foi também profundamente alterada.

A sociedade tradicional, centrada na produção agrícola, tendia a gerar uma idéia cíclica de tempo, uma espécie de repetição do ciclo

produtivo que rege, da mesma maneira a cada ano, a produção agropecuária. A nova atividade econômica, decorrente da Revolução Industrial, apresentava como característica básica a progressividade. Os atores econômicos e a sociedade como um todo passaram a encarar a progressividade crescente do processo de acumulação como natural. As crises, antes esporádicas e claramente derivadas de anomalias naturais, passaram a ser periódicas, ocasionadas pela descoordenação das ações dos diversos atores. Enfim, o tempo passou a ser linear e progressivo.

Há que assinalar também a intensidade do processo de urbanização e suas conseqüências. Antes da revolução industrial, a grande maioria da população residia no campo e as cidades eram centros principalmente comerciais e burocráticos. No decorrer da revolução, a Inglaterra experimentou o afluxo continuado da população aos centros urbanos que centralizavam a nova forma de produzir. Evidentemente, a infra-estrutura urbana pré-existente não se encontrava preparada para acolher um crescimento populacional tão rápido e intenso, e diversos problemas, inclusive no que diz respeito à saúde, afloraram.



Leia aqui depoimentos e registros da época da Revolução Industrial (clique sobre cada um dos itens abaixo para ler os textos)

[Processo de urbanização](#)

[Avanços na agricultura](#)

[Trabalho infantil nas fábricas](#)

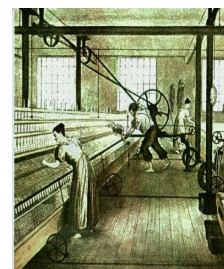
[Defesa dos trabalhadores](#)

Página 3

A quebra das redes familiares e tradicionais de sociabilidade, a aglomeração em cidades carentes de serviços básicos, a jornada de trabalho excessiva, a contratação massiva de mulheres e crianças, tudo isso trouxe o declínio dos valores tradicionais muito antes do surgimento de um novo sistema de valores adequado às novas circunstâncias. Criou-se uma situação de vazio de normas, que a sociologia nascente chamou de anomia, caracterizada por, entre outros indicadores, maior incidência de suicídio, alcoolismo, criminalidade e divórcio.

Finalmente, o conflito torna-se freqüente na nova ordem. Conflito a respeito da jornada e das condições de trabalho, da repartição do produto entre salários e lucro, da preservação dos postos de trabalho face às ameaças decorrentes do avanço tecnológico. Conflito que se manifesta em greves e destruição de máquinas, mas que tende constantemente a repetir-se na arena política.

No plano da macropolítica, todo esse movimento se fez acompanhar de uma tendência à substituição dos regimes absolutistas por outros – monarquias ou repúblicas – constitucionais. No modelo liberal dessa época, no entanto, prevalecia a restrição do voto aos detentores de propriedade, num primeiro momento, e de um mínimo de renda, depois. Assim, os operários encontravam-se excluídos dos direitos políticos e sua manifestação nesse campo sempre se dava de forma paralela aos canais admitidos de participação. A presença dos operários na cena política, quando acontecia, tendia, portanto, a ocorrer sob a forma de rebelião.



x

Assista abaixo o vídeo sobre todas as fases da Revolução Francesa

x

A nova ordem contrastava fortemente, portanto, com a sociedade tradicional. Os socialistas reconheciam os ganhos dela decorrentes, principalmente o aumento da capacidade produtiva do homem, que abria, pela primeira vez na história, a possibilidade de eliminação da pobreza, da carência material, para todos os cidadãos. Por outro lado, o próprio sistema tolhia a realização das possibilidades que criara. Sua dinâmica interna gerava desigualdade e, periodicamente, a crise, com falências, desemprego e miséria.

A propriedade privada era percebida como a raiz tanto da injustiça quanto da ineficiência. Como base da livre iniciativa, era condição tanto da distribuição desigual dos recursos sociais quanto da ausência de coordenação dos atores econômicos, que levava, a cada década, a uma crise de superprodução.

A tarefa, portanto, consistia na abolição da propriedade privada e na sua substituição por um sistema centralizado de planejamento da economia, de responsabilidade dos próprios produtores. A essa mudança fundamental seguir-se-ia – de imediato, segundo a versão anarquista; após um período de transição, segundo a comunista – o fim do Estado e da política tal como a conhecemos. Instituições características de uma sociedade de classes entrariam em processo de obsolescência, uma vez finda a divisão em classes.

De maneira semelhante, a ordem socialista implicaria a liberação do indivíduo dos laços que a família, a religião e a nação fazem pesar sobre ele. Os interesses dos trabalhadores sobrepõem-se naturalmente aos particularismos nacionais: o socialismo é, por definição, internacionalista. Família e religião pertencem também à ordem condenada do presente. Mesmo sob o capitalismo, representariam valores negados, na prática, aos operários.

É importante ressaltar a radicalidade dos propósitos socialistas, até para confrontá-los com os objetivos, mais modestos, da social-democracia posterior. Importa também assinalar sua aceitação pelas diversas correntes do socialismo e sua continuidade no tempo.

A utopia de uma nova sociedade, na qual mercado e Estado sejam dissolvidos, na qual a economia e a política sejam substituídas por uma ordem racional, fundada na interação consciente dos indivíduos, encontra-se ao longo de toda a obra de Marx, da juventude à maturidade. Mas encontra-se também, antes dele, nos socialistas chamados utópicos, e depois, nos anarquistas e nas correntes que reivindicam a herança bolchevique, de **Lênin** e **Trotsky**.

Marcos no desenvolvimento dessa tradição são os nomes de Babeuf que ainda no século XVIII reivindicou a partição eqüitativa da terra e da propriedade e desenhou o modelo de tomada do poder por um grupo pequeno e organizado de militantes; os socialistas utópicos – **Saint-Simon**, **Owen** e **Fourier** – Marx, principal teórico da vertente comunista; **Proudhon** e **Bakunin**, formuladores do **anarquismo**.

2. Conceitos fundamentais

O materialismo

O princípio do materialismo, ou o teorema da superestrutura, como **Habermas** o denomina, encontra sua síntese na conhecida expressão de Marx: não é a consciência que determina o ser, mas o ser que determina a consciência. O enunciado implica a distinção de dois tipos de fatos e a relação de determinação entre eles.

A distinção entre ser e consciência significa estabelecer uma hierarquia dentro do âmbito do ser, ou seja, de tudo que existe. Há fatos observáveis que são anteriores, e que nos fornecem a chave de o que os indivíduos são. Outros fatos, englobados genericamente sob o rótulo de consciência, são posteriores, distorcidos em relação ao padrão observável, e nos dão a chave de o que os indivíduos pensam que são.

Há, evidentemente, como qualquer comerciante que vende a crédito sabe, uma diferença significativa entre o que um indivíduo é e o que ele pensa que é. Esse desacordo sempre é resolvido em favor do "ser" do indivíduo, da observação externa dos fatos fundamentais de sua existência. No caso do comerciante, a credibilidade do cliente será determinada pelo seu comportamento, observado a cada dia, não pelas promessas de pagamento.



Esse exemplo ilustra a relação de determinação que tudo engloba: mesmo o desvio da consciência em relação ao ser, suas omissões e falseamentos, as promessas desmentidas pela observação, são por ela explicados. Em outras palavras, Marx quer dizer que a dinâmica essencial de cada sociedade não nos ensina apenas as leis de seu desenvolvimento, mas as razões de a sociedade perceber-se daquela maneira específica.

O critério tomado para a hierarquização dos diferentes fenômenos é a vida. Para Marx, o fato histórico fundamental é a presença e continuidade da vida humana. Daí que os fatos fundamentais, por ordem de anterioridade e determinação, sejam aqueles necessários à produção e reprodução dessa vida. Numa ordem esquemática, apresentada por Marx, a hierarquia dos fatos seria a seguinte:

Primeiro: produção dos meios necessários à manutenção da vida: alimento, moradia, vestuário;

Segundo: produção dos meios empregados naquela produção, os instrumentos de trabalho;

Terceiro: produção de outros homens, ou seja, a reprodução da espécie, basicamente a cargo da família, cuja variedade de formas historicamente observadas estaria determinada pelos dois momentos anteriores;

Quarto: relações de cooperação que os homens estabelecem entre si no processo de produção da vida; e, somente então, aparece.

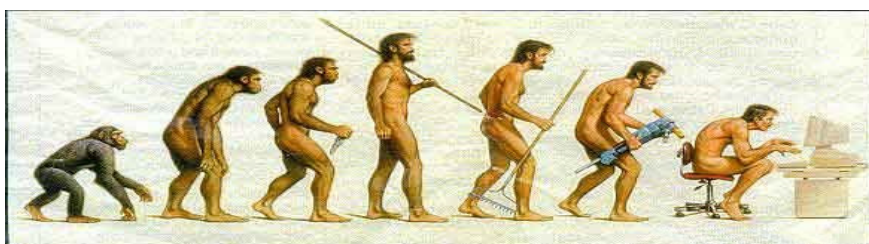
Quinto: a "consciência", na forma de linguagem, e a partir dela, o conjunto das superestruturas política, artística, religiosa e outras.

A superestrutura como um todo não é dotada, nessa perspectiva, de uma história própria; sua história é reflexa, compreensível apenas a partir da consideração daqueles fatos tidos como fundamentais.

As conseqüências deste princípio em termos de prática política são evidentes. A transformação social, a revolução, tem um foco central e prioritário de atuação: superar as contradições emergentes do mundo desses fatos básicos. Simplificando, a tarefa do movimento é dar solução ao plano da produção material. Problemas postos à utopia no que respeita a valores – legitimidade de uma ordem política, de critérios de distribuição dos bens – que irão vigorar numa futura sociedade socialista são desqualificados. De um lado, são encarados como projeções de questões relevantes na sociedade presente, que perderão significado no futuro. De outro, os problemas importantes que restarem terão solução automática, uma vez mudada a base fundamental sobre a qual se sustentam.

A evolução

O princípio da evolução está intimamente vinculado ao do materialismo. Se a produção material é o solo sobre o qual toda a história transcorre, o processo que determina, em última instância, as demais esferas da sociedade, é fácil perceber que esse processo encontra-se sujeito a uma dinâmica interna, progressiva: o desenvolvimento tecnológico.



Componente do que Marx chama desenvolvimento das forças produtivas, o desenvolvimento tecnológico é inegavelmente acumulativo. Rege-se pelo critério objetivo da eficiência, no qual procedimentos de maior economia de meios substituem os anteriores. Sob esse ponto de vista, é possível comparar etapas diferentes da história e concluir pela superioridade, entendida como maior eficiência, das etapas

posteriores.

Se a história real da sociedade é aí situada, é lógico que a história reflexa – a história da política, da cultura, do direito, da religião – se conforme ao mesmo padrão evolutivo, de modo imediato ou relativo. Numa das imagens de Marx, se o moinho movido à água produz o feudalismo, o moinho a vapor gera o capitalismo.

Da evolução decorre igualmente a concepção geral da história como seqüência de modos de produção. De uma situação inicial de grupos humanos não organizados em classes sociais e Estado, mas segundo sistemas de parentesco (as sociedades tribais), passa-se a sociedades organizadas em classes, de vários tipos. Marx menciona os modos de produção antigo, feudal e asiático. De diferentes formas, essa multiplicidade de modos de produção converge em direção ao capitalismo, assentado em bases tecnológicas superiores. Daí também a previsão de uma inevitável etapa posterior, de superação do capitalismo: o surgimento e hegemonia do socialismo.

Página 10

As classes sociais

A divisão da sociedade em classes sociais é o fato crucial para a compreensão de sua dinâmica. As classes e seus conflitos expressam, no mundo da política, as contradições fundamentais da sociedade, que emergem do plano da infra-estrutura. Por isso, a célebre passagem do Manifesto Comunista: "a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história da luta de classes".



Uma síntese da teoria marxista das classes sociais excede os limites deste trabalho. Indicaremos apenas alguns de seus aspectos mais importantes.

Em primeiro lugar, embora numa leitura mais complexa seja possível identificar as determinações das classes sociais em todos os planos – econômico, político e ideológico – parece claro que, para Marx, o fator determinante é a relação com os meios de produção. As relações particulares que estabelecem com esses meios – propriedade, posse, exclusão – determinam a existência de pares de classes, cada qual característica de um modo de produção determinado.

Assim, a parêntese escravo/senhor caracteriza o modo de produção antigo; o par servo/senhor, o modo de produção feudal; e o binômio operário/capitalista, o modo de produção capitalista.

Examinemos, a título de exemplo, as relações desse último par de classes. A relação dos capitalistas com os meios de produção é de propriedade e controle. Os operários estão deles desvinculados e dispõem apenas de sua força de trabalho como fonte possível de subsistência. São, por conseguinte, obrigados a vendê-la a um capitalista, em troca de um salário. O excedente econômico produzido no processo será disputado pelo capital e pelo trabalho e dividir-se-á, em partes variáveis, entre lucro e salário.

Observamos, nesse caso, algumas das características das classes. Existem aos pares, são antagônicas – no sentido de que seus interesses não são conciliáveis – e, em cada par, sempre há uma classe dominante, aquela cuja relação com os meios de produção a deixa em condições de apropriar-se do produto excedente. À classe dominada resta a subsistência.



[SAIBA MAIS...sobre as classes sociais](#)

Página 11

A classe dominante tem interesse na conservação do estado de coisas, na preservação de sua posição privilegiada. A classe dominada tem interesse, pelo contrário, na subversão desse estado de coisas em seu proveito. No caso do proletariado, como a estrutura de classes havia alcançado no capitalismo sua simplificação e polarização maior, seria impossível aos trabalhadores libertarem-se sem libertar toda a sociedade da própria existência das classes. Os trabalhadores seriam o agente histórico da passagem da pré-história do homem para a sua verdadeira história, nos marcos de uma sociedade sem classes.

Como a força motriz da história é o desenvolvimento das forças produtivas, nos momentos de ruptura revolucionária o nível dessas forças existentes entra em conflito com as relações de produção estabelecidas, e passam a existir as condições objetivas da mudança, encontrando-se as classes dominadas em condições de assumir seu papel transformador.

No caso específico do capitalismo, Marx observava no interior de sua dinâmica as tendências inexoráveis a sua superação. Em primeiro lugar, o caráter anárquico da produção levava a esse resultado. Após um ciclo de expansão, a economia entrava, a cada década, em períodos de retrocesso, com a chegada de uma crise de superprodução.

Na crise, observava-se um processo de destruição enorme de forças produtivas. Empresas menores e menos aparelhadas faliam; o desemprego e a miséria de massas de trabalhadores se alastravam. Os empresários maiores incorporavam as empresas falidas e, após um período de purgação, tinha início um novo período de crescimento.

O resultado acumulado de crises desse tipo era a simplificação constante da estrutura social. De um lado um número cada vez menor de capitalistas mais ricos contrapostos a parcelas cada vez maiores da população, mais pobres.

Um segundo processo, vinculado ao primeiro, refere-se ao incremento constante do número de operários. O capitalismo não poderia crescer sem aumentar o número de proletários. A idéia comum era que os trabalhadores iriam constituir, em algum momento, a maioria ampla da população e que as camadas intermediárias, como artesãos e camponeses, iriam submergir na massa operária.

Não apenas a polarização da sociedade tornaria o conflito de classes mais simples e visível. Operava também uma tendência no sentido de reduzir os rendimentos do trabalhador ao nível da subsistência. Entendida como absoluta, a hipótese do empobrecimento implica afirmar que os salários reais manter-se-ão constantes apesar do crescimento econômico. Na sua versão relativa, diz apenas que, mesmo que o salário aumente, sua diferença em relação ao incremento do lucro tende a ser maior.

A diferença crescente entre salários e lucros constituiria mais um estimulante da consciência política dos operários e tornaria insustentável a continuidade dessa situação.

Analogamente, a concentração progressiva da produção em poucas mãos evidenciaria cada vez mais seu caráter social e a contradição entre esse caráter e a apropriação privada do lucro. Nesse sentido, o surgimento das sociedades por ações, a separação entre a propriedade do capital e o controle administrativo do empreendimento, era lido por Marx como uma comprovação de sua hipótese sobre o caráter supérfluo da classe capitalista.

Finalmente, num plano mais geral, Marx postulava a existência, no capitalismo, de uma tendência constante à queda da taxa de lucro. O lucro provinha do trabalho vivo, dos operários em ação. À medida que o progresso tecnológico possibilitava a redução do trabalho vivo e sua substituição pela maquinaria, pelo trabalho morto, a margem em que se move a taxa de lucro tenderia a se reduzir, o que leva a prever a manifestação de uma nova fonte de crises, de intensidade e freqüência superiores à capacidade de resposta do sistema.

Marx chegou a analisar o processo de transição na direção de uma nova sociedade, de caráter socialista.

3. A Comuna de Paris: um caso de transição

Finalmente, vale lembrar que Marx chegou a testemunhar uma insurreição operária vitoriosa, ainda que por pouco tempo. O experimento da **Comuna de Paris**, em 1870/71, foi lido por ele como a comprovação empírica de sua teoria, o primeiro ensaio de uma futura revolução proletária capaz de uma vitória mais duradoura. O caráter nitidamente operário do movimento e sua ação na direção do Estado, contrastavam com a direção burguesa da revolta de 1848, derrotada na França.



O início da guerra franco-prussiana, em 1870, determinou a convocação da Guarda Nacional para auxiliar o exército francês regular a enfrentar o inimigo externo. A rápida derrota e aprisionamento do exército na batalha de Sedan deixou a Guarda Nacional à frente da resistência na cidade de Paris, sitiada.

No grau de conflito de classe então existente, armar o povo significava convocar a insurreição. Uma primeira revolta efetivamente ocorreu, em setembro daquele ano, resultando na proclamação da República. À medida que as tratativas de paz avançavam, o governo republicano tentou retomar o controle sobre Paris, o que implicava, basicamente, desarmar a Guarda Nacional.

As tentativas falharam e levaram a uma segunda insurreição, dessa vez de inspiração social, que proclamou, em março de 1871, a Comuna de Paris. Seguiu-se um período de guerra civil, encerrado com a derrota da revolução em maio, após a libertação das tropas francesas prisioneiras do exército alemão.

Quais as medidas adotadas pela Comuna, em sua curta história, que levaram Marx a retratá-la como a confirmação empírica de suas teses?

No plano econômico, além de medidas favoráveis a devedores e inquilinos, a Comuna entregou as fábricas abandonadas pelos empresários a cooperativas constituídas pelos operários que nelas trabalhavam. Encontrava-se prevista a criação de federações de cooperativas desse tipo e, para Marx, a tarefa de coordenação de suas atividades necessariamente caberia a um organismo central encarregado da planificação. O fato de esse esboço de economia planejada haver sido implementado por militantes de tendências anarquistas, opositores ferrenhos do planejamento centralizado, sublinhava, no entender de Marx, o caráter "necessário" dessas medidas.

No plano político, a Comuna estabeleceu a separação entre o Estado e a Igreja. O ensino passou a ser laico e os sacerdotes deixaram de ser funcionários públicos. O Exército foi abolido, por desnecessário, uma vez que toda a população estava armada.

A estrutura do Estado foi radicalmente alterada. O sistema representativo tradicional, fundado na **separação de poderes**, foi substituído por um sistema de conselhos, as comunas. Paris foi dividida em distritos, cada qual com seu conselho eleito, que acumulava as funções

executivas e legislativas. Cada conselho enviava representantes à comuna maior, representativa do conjunto da cidade. Previa-se a ampliação do sistema a todas as localidades da França.

Página 15

Todos os funcionários, inclusive os juízes, eram eleitos e demissíveis pelos eleitores no momento em que não mais correspondessem a sua confiança. O maior salário pago equivalia ao de um operário especializado.

Aos olhos de Marx, esse conjunto de medidas significava o desmantelamento do estado burguês, consolidado ao tempo de Napoleão I, e sua substituição por outra forma de Estado. Não bastava, portanto, à classe trabalhadora, uma vez vitoriosa, simplesmente utilizar, para seus fins, os instrumentos criados pela burguesia. Cumpria-lhe criar os próprios instrumentos, aptos para efetuar a transição à nova sociedade.

Examinaremos, com mais detalhe, as idéias de Marx sobre a transição e seu ponto de chegada no próximo módulo. É preciso registrar, contudo, que no século que se seguiu à Comuna, o modelo de democracia baseado em assembleias voltou a brotar, espontaneamente, como observou **Hannah Arendt**, onde tenha ocorrido uma sublevação popular. Foi assim com os **soviets** em 1905 e 1917, com os conselhos operários nas revoluções européias posteriores à primeira Guerra Mundial, particularmente na Itália, e foi assim com a insurreição húngara de 1956, contra a dominação soviética.

Página 16



Esta unidade apresentou um pequeno histórico das idéias socialistas e discutiu três de seus conceitos fundamentais, a partir da obra do autor mais influente dessa corrente, **Karl Marx**. Analisamos as premissas do materialismo e da evolução e debatemos o conceito de classe social. Finalmente, discutimos algumas idéias relativas à transição do capitalismo para o socialismo. Estamos em condições de passar para a próxima, na qual veremos com mais detalhe o horizonte utópico do socialismo, ou seja, de que maneira era pensada a sociedade que iria substituir o capitalismo.



Parabéns! Você concluiu a primeira unidade. Vamos prosseguir?

Unidade 2 - A utopia socialista

Unidade 2 - A utopia socialista

Nesta unidade, você conhecerá, em seus pontos principais, o pensamento marxista sobre a sociedade que substituiria o capitalismo, pinçado sobretudo da crítica de Marx ao projeto de um programa para o Partido Operário Alemão. Também as observações da pensadora **Agnes Heller** sobre os conceitos e a possibilidade de justiça nessa concepção de sociedade socialista.

Analisaremos aqui, basicamente, três pontos:

1. introdução ao pensamento socialista utópico;
2. justiça e justiça distributiva;
3. é possível uma sociedade além da justiça?

Página 1

1. Introdução

A curta experiência da **Comuna de Paris** havia deixado indicações, para Marx, dos rumos que tomaria a nova sociedade em seus primórdios. Poucos anos depois, produziu o único texto em que suas hipóteses sobre a constituição dessa nova sociedade são apresentadas com mais clareza: Crítica ao Programa de Gotha.

O texto faz diversas referências às disputas internas ao movimento operário alemão. Importa aqui recuperar as idéias sobre a transição de uma sociedade capitalista para uma sociedade socialista, particularmente no que se refere à questão dos critérios de distribuição dos bens produzidos, ou seja, à questão da justiça distributiva.

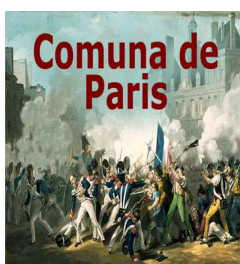
Antes de iniciar a discussão desse tema, dois pontos levantados por Marx, nessa obra, merecem destaque.

Em primeiro lugar, o internacionalismo. Para o autor, a luta da classe operária tem início sob uma base nacional simplesmente porque a forma de Estado que se lhe depara é o **Estado nacional** burguês. Vitoriosa, a nova sociedade terá o mesmo impulso universalista que o capitalismo demonstra, impulso que se realizará, no entanto, também, no plano da organização política. No limite, as fronteiras divisórias entre os diferentes Estados serão abolidas. Como diz o Manifesto Comunista, "o operariado não tem pátria", ou, na forma positiva da afirmação, sua pátria é a humanidade.

Página 2

O segundo ponto diz respeito à forma de Estado por que luta o movimento operário. Marx se posiciona contra a inclusão de bandeiras democráticas na plataforma dos socialistas alemães. A forma que o Estado adota está determinada pelo modo de produção. No capitalismo, sua forma mais evoluída é a república democrática, que seria, para ele, apenas a arena política em que se dariam os combates finais entre a burguesia e o proletariado. Essa república, em sua forma plena, não existia na Alemanha de sua época, mas sim em outros países, como os Estados Unidos e a Suíça.

Reivindicações do tipo "por um Estado livre", usuais entre os socialistas, são, para Marx, uma contradição em termos. A posição clara, não demagógica, isenta de "superstições democráticas", seria simplesmente reconhecer que, no período de transição entre a ordem capitalista e a socialista, o Estado só poderá assumir a forma de uma "ditadura revolucionária do proletariado".



Essa postulação revela os ensinamentos da **Comuna de Paris**. Ali, a vitória da reação, das forças da ordem, foi seguida por uma repressão dura, na qual milhares de militantes foram mortos, presos e deportados. O processo de transformação social foi interrompido. Na verdade, só poderia haver continuado seu curso se a ação dos interesses vinculados à conservação da velha sociedade tivesse sido eficientemente reprimida. Daí que a forma do Estado, nessa conjuntura, seja a de uma ditadura, embora seus beneficiários constituam a maioria da população.



[LEIA MAIS...sobre a Comuna de Paris](#)

Página 3

2. Justiça e justiça distributiva

Os comentários de Marx a respeito desse tema estão apresentados sob a forma de crítica à reivindicação, constante do programa, de repartição eqüitativa dos resultados do trabalho. Afinal, o que significa exatamente eqüitativo? A atual repartição não é eqüitativa, do ponto de vista da burguesia? É possível demandar outra forma de distribuição no interior de uma sociedade capitalista?

Para responder a essas questões, é necessário fazer valer o princípio materialista: não são as relações jurídicas que determinam as relações econômicas, inclusive as de distribuição, mas as relações econômicas que determinam as jurídicas. Segue-se, então, que a distribuição do produto no capitalismo obedece à lei da troca de equivalentes. O operário receberá a título de salário o estritamente necessário a sua sobrevivência – à reprodução de sua força de trabalho – e o capitalista embolsará a totalidade, sempre progressiva, do excedente.

Na transição para o socialismo, por sua vez, o que será eqüitativo? Quais os critérios de distribuição do produto entre os indivíduos participantes da produção?

Em primeiro lugar, Marx chama a atenção para o fato de que não é a totalidade do produto que será objeto de repartição. Há deduções a fazer, deduções que não têm relação com o princípio da eqüidade.



Página 4

De imediato, toda sociedade, qualquer que seja a sua forma, necessita repor o desgaste dos meios de produção consumidos no processo. Além disso, uma parcela deve ser separada para fins de investimento. Uma terceira fração do produto total anual da sociedade será carregada à cobertura de acidentes de todo tipo, inclusive naturais. O montante dessas deduções vai depender do grau de depreciação das máquinas, da taxa de crescimento desejada e do cálculo da probabilidade dos acidentes segurados.

É necessário ainda cobrir os gastos relativos à administração do processo produtivo. Para Marx, esses gastos tenderiam a diminuir consideravelmente na nova sociedade, com a redução progressiva da burocracia. Por outro lado, a previsão de gastos com as necessidades coletivas, como escolas e centros de atendimento à saúde, tem sua origem também no produto total, devendo ser separada antes da repartição. Essa parcela tenderia a crescer no socialismo. Finalmente, as despesas com o sustento dos incapacitados para o trabalho, a previdência e assistência social, devem ser também subtraídas previamente.

Página 5

Sintetizando, segundo Marx deveriam ser aplicadas as seguintes seis deduções ao conjunto da produção coletiva, antes de proceder à sua divisão entre os trabalhadores:

Primeira: reposição do desgaste dos meios de produção;

Segunda: parcela para investimento em novo meios;

Terceira: cobertura de acidentes, inclusive naturais;

Quarta: cobertura de gastos relativos à administração do processo produtivo;

Quinta: gastos com necessidades coletivas (educação e saúde, entre outros);

Sexta: previdência e assistência social.

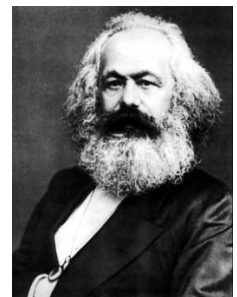
Página 6

Apenas então pode-se processar a repartição individual do produto. Para Marx, o critério numa sociedade recém-egressa do capitalismo só pode ser ainda a troca de equivalentes. Cada indivíduo recebe proporcionalmente a sua contribuição à sociedade. A palavra de ordem é "a cada um de acordo com a sua capacidade".

Na prática, na ausência de mercado, não haveria concorrência nem preços. As demandas seriam encaminhadas à gestão da produção sob a forma de petição direta. Os trabalhadores receberiam algo como um vale-trabalho que lhes permitiria retirar dos armazéns coletivos bens até o equivalente a aquele montante de trabalho.

Observe-se que a regra é a materialização do direito burguês: tratar a todos igualmente. O indivíduo entrega um montante de trabalho e recebe o mesmo montante de volta, após as deduções referidas. As limitações inerentes a esse direito permanecem, contudo.

Trata-se de aplicar uma medida igual, no caso o trabalho, a todos os indivíduos. Mas os indivíduos não são iguais, e o tratamento igual só tem como resultado a sua diferenciação. Assim, alguns são mais produtivos, por habilidade, resistência ou motivação; outros são menos. Alguns indivíduos são casados e têm filhos, e portanto suas necessidades são maiores, mas receberão talvez menos que um celibatário. A regra igual produz desiguais na sua aplicação. A diferenciação com base na classe desaparece, mas persistem aquelas fundadas nas diferenças individuais.



[Curiosidades sobre Karl Marx](#)

Página 7

Com tais problemas, essa etapa é inevitável. Recorrendo uma vez mais ao princípio do materialismo, *o direito não pode ser superior à estrutura econômica da sociedade.*

Na fase superior da sociedade comunista, no entanto, quando o fim da divisão social do trabalho for fato; quando a abundância material for a regra; quando, nas palavras de Marx, "jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva", o critério de distribuição ingressará, em consequência, numa etapa superior. A regra será contemplar cada qual não mais segundo sua capacidade, mas segundo sua necessidade.

Como corolário do desenvolvimento das forças produtivas, portanto, será possível considerar cada indivíduo em sua singularidade. A sociedade gerará o montante de riquezas suficiente para a satisfação de todas as necessidades individuais.

A questão que um horizonte utópico desse tipo levanta não é a da possibilidade de sua realização, hipótese na qual a utopia se converteria em realidade, como pensava Marx. A questão pertinente é a da possibilidade de essa utopia ser pensada de maneira racional. Se a resposta é afirmativa, uma utopia desse tipo pode cumprir sua função: orientar a ação política no sentido da aproximação progressiva desse ideal normativo. Se a resposta é negativa, essa utopia específica dificilmente poderá ser empregada, de forma conseqüente, como norte da prática política.

3. É possível imaginar uma sociedade além da justiça?

Vamos apresentar nesta seção uma série de argumentos críticos à posição de Marx, tal como desenvolvidos pela pensadora de origem húngara **Agnes Heller**, em torno da possibilidade mesma da utopia por ele formulada. Em outras palavras, se a **utopia** socialista, em sua radicalidade, configura-se como uma sociedade além da justiça, na qual o tratamento igual para todos é substituído pelo tratamento singular, é possível conceber racionalmente uma sociedade desse tipo?

Para responder a essa questão é necessário especificar qual o conceito de justiça com que operamos. Para a autora, três são as modalidades possíveis de justiça:

justiça no plano formal;
justiça no plano político;
justiça no plano ético.

Em primeiro lugar, a justiça formal, caracterizada pela consistência na aplicação das normas. Nessa definição, há justiça quando todas as regras aplicam-se a todos os casos, ou seja, todos são alcançados pela lei.

Um segundo plano de justiça é o político. Aqui há justiça quando os valores que informam as regras a serem observadas, na condição de justas, são consensuais ou majoritários.

Finalmente, o terceiro, o plano ético da justiça, que considera o próprio conteúdo desses valores, analisado a partir do prisma da "soma total de virtudes aplicadas a outras pessoas".

Como analisar, com a distinção assinalada, os postulados de Marx? Vimos que, para Marx, a distribuição depende da produção; logo, não podemos esperar do capitalismo nada além do que observamos. Demandar mais "equidade" é ilusão, assim como também é fantasioso chamar essa distribuição de injusta.

Com efeito, a regra do capitalismo, a troca de equivalentes, aplica-se indistintamente a todos. Formalmente, portanto, a distribuição é justa, exceto nos casos de lucros extraordinários ou de salários inferiores ao normal.

Politicamente, a distribuição também é justa, uma vez que há consenso, até entre os socialistas, a respeito da dependência da distribuição com respeito à produção. Se a produção é capitalista, não faz sentido chamar à distribuição também capitalista de injusta.

Porém, na análise de Marx encontra-se ausente o conceito ético de justiça. Nada se diz sobre a avaliação substantiva dos valores. Essa ausência é necessária à coerência da obra marxiana, pois sua consideração implicaria admitir padrões valorativos que transcendem os modos de produção, de um lado, e a liberdade autêntica da sociedade socialista, de outro.

No entanto, parece claro que se a produção é um fator determinante na forma de distribuição, não é o único. Outros valores também têm seu peso, proporcionam outras normas e critérios, e podem fazer variar a distribuição no interior de um mesmo modo de produção. Vimos, no século XX, que, a partir do momento em que determinados valores foram institucionalizados, o Estado passou a interferir na distribuição dos bens, segundo critérios independentes da troca de equivalentes. Pessoas sem trabalho, sem contribuição anterior, passaram a ter direito a uma parte do produto social sem qualquer proporção a sua contribuição. Toda a experiência do Estado do bem-estar social pode ser resumida dessa maneira.

Vejamos o critério de distribuição proposto por Marx para a etapa superior da sociedade comunista. O princípio "a cada qual segundo suas necessidades" situa-se claramente além da justiça. Satisfação de necessidades individuais é matéria à qual não se aplicam, por definição, normas e regras impessoais, igualmente válidas para todos. Certamente devemos utilizar princípio desse tipo em nossas ações e julgamentos. **Agnes Heller** argumenta, contudo, que esse princípio, isoladamente, em todos os seus conteúdos possíveis, tal como proposto

por Marx, é inadequado para reger a distribuição em qualquer forma de organização social.

Página 11

Uma primeira significação do enunciado pode ser a simples afirmação de que todas as necessidades de todos os indivíduos serão satisfeitas. Necessidades são criadas pela produção, é certo, mas também o são pelos valores. Marx parece subordinar as necessidades ao valor da liberdade: todos terão satisfeitas todas as necessidades que escolherem. No entanto, se o valor liberdade não sofre, por sua vez, a limitação de outros valores, deixa-nos numa situação de necessidades ilimitadas e, necessariamente, insatisfeitas.

Afinal, a própria vida humana é limitada e a satisfação de uma necessidade implica o sacrifício de outras. A escassez é constitutiva da condição humana e, nas palavras de **Weber**, na modernidade o homem morre de insatisfação.

A satisfação de uma necessidade impede a de outra, de forma que uma situação de satisfação de todas as necessidades de todos os indivíduos não faz sentido. Uma segunda leitura do princípio marxista, no entanto, pode dizer que a escolha das necessidades a serem satisfeitas cabe a cada indivíduo e só a ele. Ninguém tem o direito de impor uma determinada hierarquia de necessidades. A determinação é apenas interna, nunca externa.

A questão posta a essa interpretação é a forma como se dão as hierarquias de preferências individuais. Os indivíduos escolhem conforme seu gosto pessoal? A sociologia sabe que falar de necessidades e de preferências individuais por essas necessidades implica falar de valores, integrados em visões de mundo coerentes, materializados em instituições sociais. Sem isso, no vazio, não há preferências individuais. Em outras palavras, as escolhas de cada indivíduo se dão no marco de um modo de vida particular, que inclui grupos e coletividades, nunca apenas indivíduos.

Página 12

Pensar uma sociedade situada além da justiça implica pensar a sociedade como um conjunto de átomos, cada qual dotado de autonomia moral absoluta. Marx criticava a fundamentação da economia na atividade de seres humanos isolados, como **Robinson Crusóé**, sempre citado como exemplo pelos economistas clássicos. No plano moral, dos valores, no entanto, incorreria num tipo semelhante de equívoco.

Para **Agnes Heller**, a ênfase na liberdade individual que uma sociedade socialista acolherá não é a libertação completa do indivíduo em relação ao coletivo, o que seria uma tarefa impossível. A alternativa, mais modesta, seria oferecer ao indivíduo a possibilidade de escolha entre um leque de modos de vida diferenciados.

Persistem problemas ainda na construção de Marx. A sociedade, seja ela qual for, uma vez que num modelo robinsoniano essa questão é complicada, não satisfaz diretamente as necessidades de cidadão algum. O que está a seu alcance é o provimento dos meios para tal. O exemplo evidente é o da saúde. O Estado provê hoje, ou deveria fazê-lo, os meios para que cada cidadão mantenha-se saudável. A sua utilização ou não é de responsabilidade de cada um. No entanto, a disponibilidade dos meios, a que a sociedade procede, exige para sua distribuição critérios de justiça, isto é, igualmente aplicáveis a todos.

Página 13

Mesmo o requisito da abundância material pode ser discutido. Se as estruturas de necessidades são simbolicamente definidas, com o recurso a valores, abundância e escassez são categorias relativas. Numa situação de pluralidade de modos de vida, cada qual com a sua própria definição de abundância, o princípio "a cada qual segundo suas necessidades" pode funcionar como princípio regulador, ou seja, deve indicar não que todas as necessidades serão satisfeitas, mas que todas devem ser igualmente consideradas e reconhecidas como legítimas.

Retornemos ao princípio reitor da primeira fase: a cada qual segundo sua capacidade. Conforme Marx, esse princípio, como todo princípio de justiça, gera injustiça. Mas Marx demonstra apenas que esse princípio não é equitativo, não que é injusto. No entanto, essa diretriz é compatível com a aplicação, corretora, do critério da necessidade. É o que parece haver realizado o estado do bem-estar social.

Em síntese, para Marx toda aplicação da justiça equivalia a uma situação de injustiça. Os homens são únicos e incomensuráveis, de forma que todo padrão de justiça igualmente aplicável a todos constrange a liberdade humana, além de produzir desigualdade. Daí que a igualdade – e com ela a justiça – tenha sido localizada numa primeira fase da transição para o socialismo.

A segunda fase, com a realização da liberdade absoluta, prescindiria da justiça. Não haveria igualdade nem a aplicação de qualquer padrão comum a todos os indivíduos.

Página 14

Que a liberdade deva ser um dos valores constitutivos da justiça é aceitável. Já a eliminação simples da justiça numa sociedade futura não é, como vimos, uma imagem racional, a menos que aceitemos a possibilidade de uma sociedade constituída por átomos, uma associação de indivíduos isolados.

Numa sociedade sem classes, na qual a liberdade integre efetivamente como valor o conteúdo da justiça, os indivíduos poderão exercer a liberdade positiva de deliberar constantemente a respeito das regras que regerão suas atividades. As deliberações poderão ser diferenciadas, conforme o modo de vida em questão. Mas terão também, conforme cada modo, um grau variado de liberdade negativa, em que normas comuns não vigoram para todos.



Com isso em mente, façamos, neste momento, a auto-avaliação da unidade.

Página 15

Unidade 2 - A Utopia Socialista



Vimos, nesta unidade, as idéias de Marx a respeito dos critérios de justiça distributiva numa sociedade socialista. Discutimos, também, as críticas que, nesse ponto, *Agnes Heller* dirige ao modelo marxista. Encerramos, assim, a apresentação dos conceitos mais importantes da doutrina socialista e estamos em condições de analisar, na próxima unidade, a tentativa de implementação prática desse sistema, no século XX: a experiência do socialismo real.



Parabéns! Você concluiu a segunda unidade. Vamos prosseguir?

Unidade 3 - O Socialismo Real

Unidade 3 - O Socialismo Real

Nesta unidade, buscaremos percorrer a trajetória socialista desde a sua implantação num regime duradouro, com a **Revolução Russa de 1917**, até o desmantelamento do sistema, nos episódios que culminaram com a queda do Muro de Berlim, investigando as possíveis principais razões da falência desse modelo.



Nesta unidade, examinaremos sobre a trajetória socialista:

- a migração de uma revolução proletária para o totalitarismo;
 - as razões dos diversos apoios à URSS;
- as principais causas para sua queda, do período do pós-guerra à extinção da URSS em 1989

Página 1

1. Da revolução ao totalitarismo

Em 1917 ocorre a *Revolução Russa*, primeira experiência continuada que tentou pôr em prática as idéias que Marx havia adiantado a respeito da futura sociedade. É difícil hoje, decorridas quase duas décadas do fim desse processo – com o desmantelamento da União Soviética em 1989 –, avaliar plenamente a significação histórica desse evento. No entanto, é patente que o mundo em que vivemos, no decorrer de todo o século XX, foi conformado pela presença de uma alternativa viável ao capitalismo.



O próprio sistema capitalista se modificou, atenuou seus traços "selvagens", permitiu o incremento das condições de vida de seus trabalhadores em função da presença de um sistema alternativo, capaz de competir pela adesão dos trabalhadores de países centrais e periféricos. Essa a razão de *Hobsbawm* delimitar o "breve século XX" entre o início da primeira grande guerra, em 1914, que marca o fim da belle époque, e a queda do comunismo nos países do leste europeu, em 1989. O fim da guerra fria, da divisão do mundo em duas grandes esferas de influência, viu surgir um mundo tão diferente que aos nossos olhos contemporâneos parece marcar uma divisão de eras.

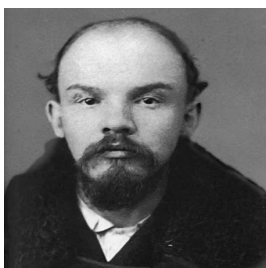
A revolução russa deu seus primeiros passos nos rumos previstos por Marx. Em termos econômicos, teve início o processo de transferência dos meios de produção das mãos dos capitalistas para o Estado, e a conseqüente substituição do mercado como mecanismo regulador pelo planejamento centralizado.



Para melhor compreender a Revolução Russa, assista ao vídeo abaixo.

Esse processo não avançou de maneira uniforme. Até o início da década de 1920, vigorou a "Nova Política Econômica", que concedia alguma margem de manobra à iniciativa privada, fundamentalmente a pequenos produtores, rurais e urbanos. Na década seguinte, no entanto, voltou a prevalecer o eixo de eliminação da propriedade privada. Foram os anos da coletivização forçada do campo. Os camponeses abastados, os kulaks, desapareceram como classe e suas terras foram agrupadas em fazendas estatais ou cooperativas de exploração coletiva. Milhões de pessoas perderam a vida no processo, seja pela repressão direta, seja em decorrência da fome que se seguiu à desorganização da produção.

No plano da política, a revolução teve início com a supressão do aparelho estatal e sua substituição pela democracia estruturada em torno das comunas russas: os **sovietes**. No entanto, a repressão estendeu-se progressivamente. Em primeiro lugar, após a revolução de fevereiro, as organizações monarquistas foram proibidas. Após outubro, os partidos da base de apoio do governo derrubado, liberais e mencheviques, também foram objeto de perseguição. Nos primeiros anos do novo regime, foi a vez dos aliados dos bolcheviques, os anarquistas e socialistas revolucionários. Finalmente, após a morte de Lenin e na esteira da luta que se seguiu pela sucessão, a própria velha guarda bolchevique foi sendo progressivamente expurgada, presa, submetida a julgamentos encenados e eliminada fisicamente.



A essa altura, a democracia conciliar existia apenas formalmente. O centro do poder deslocara-se dos **soviets** para o aparelho partidário. Cumpriu-se, dessa forma, o prognóstico que o velho líder anarquista, Kropotkin, fizera a **Lênin** no início da revolução: os bolcheviques haviam dado vida a um monstro que os devoraria no futuro.

A partir de então, o regime aproxima-se cada vez mais de um modelo totalitário. O expurgo passa a ser necessário, a fazer parte da lógica da política. Toda possibilidade de discordância, na política, na arte, mesmo na ciência, é abortada. Exemplar do controle do poder político sobre todas as esferas da sociedade foi o caso protagonizado pelo biólogo Lisenko.

Segundo a teoria por ele desenvolvida, caracteres adquiridos, ao contrário do que afirmava a genética tradicional, "burguesa", eram passíveis de transmissão à descendência. Essa versão "dialética" de uma ciência foi imposta, com o beneplácito de **Stálin**, aos cientistas soviéticos, constituindo o pretexto para inúmeros expurgos e prisões. Da mesma maneira, os cientistas comunistas dos países ocidentais foram submetidos a profissões de fé, amplamente divulgadas, na nova "biologia revolucionária".

A proibição à formação de facções no interior do Partido Comunista, ainda na década de 1920, marca o fechamento do único espaço ainda relativamente aberto ao debate. A partir de então a dinâmica dos expurgos ganha força e, em poucos anos, a geração partidária que havia feito a revolução encontrava-se presa ou executada.

Momento crucial da mudança foi o julgamento e execução, em 1936, de **Bukharin**, obrigado a confessar, entre outros crimes, a colaboração com as potências capitalistas ocidentais. Nesses mesmos anos se verificava a ascensão, à cúpula do Partido, de Beria, promotor de todos os expurgos futuros.

Inúmeras são as razões aduzidas para a progressão do regime soviético no rumo do totalitarismo. Alega-se a necessidade de enfrentar a guerra civil, apoiada por potências estrangeiras, o isolamento da revolução após a derrota dos movimentos revolucionários na Europa ocidental, entre outros. Não se pode desconhecer, no entanto, a lógica imanente da revolução de encarar todo e qualquer conflito político como expressão da oposição de classe contra classe, passível, portanto, de emprego de meios de repressão.

2. Apoio e aplauso ao socialismo

Questão igualmente interessante é o apoio amplo e militante que o novo regime recebeu dos movimentos operários e de libertação nacional e da intelectualidade ao redor do mundo. Quais as razões desse apoio e de sua persistência no tempo? Que levava cientistas de renome a compactuar com a fraseologia de Lisenko? Que levava militantes experimentados a "acreditar" nas farsas judiciais que incriminavam como traidores os heróis da véspera? A propaganda era constante, mas por que acreditar na propaganda?



Em primeiro lugar, é necessário lembrar que a democracia passava por um período de intenso descrédito. Identificada com o liberalismo e, por tabela, com os interesses britânicos, seu apelo era reduzido. O período entre as duas guerras assistiu ao fortalecimento das opções antidemocráticas, à esquerda e à direita, comunistas de um lado e fascistas e assemelhados do outro.

Em segundo lugar, é preciso ter em mente o sucesso econômico inicial do modelo, particularmente quando contrastado com um capitalismo abalado por uma persistente crise. A partir de 1929, enquanto os países de livre mercado estagnavam, a União Soviética crescia todo ano a taxas muito elevadas. O planejamento centralizado parecia haver provado sua superioridade sobre a irracionalidade da livre iniciativa.

Em terceiro lugar, havia o evidente sucesso social, entendido como a inclusão de toda a população a padrões de vida considerados dignos. O acesso à saúde e à educação tornou-se universal, e uma sociedade igualitária, em termos de distribuição de renda, começou a ser construída. Evidentemente, tratava-se de uma sociedade austera, de nível de vida médio inferior ao das classes altas ocidentais. No entanto, o padrão de vida alcançado, além de suficiente e equitativamente distribuído, superava o da classe trabalhadora dos países capitalistas.

Decorrente do progresso educacional, destacava-se o sucesso no plano científico. A massificação da educação superior resultou numa das maiores taxas de doutores por habitante do planeta, com produção científica relevante em diversos campos, segundo todos os indicadores

utilizados. Importante lembrar que esse poderio científico jamais se traduziu em avanço tecnológico, exceto naquelas esferas excluídas da produção de mercadorias, como a indústria bélica e a corrida espacial.

Finalmente, a posição da União Soviética no plano internacional angariava as simpatias dos movimentos de libertação das colônias, bem como do conjunto das forças progressistas do terceiro mundo. O papel do país na derrota do nazi-fascismo, a participação dos comunistas na resistência, deixaram um importante estoque de legitimidade no pós-guerra. Posteriormente, o apoio aos movimentos de libertação ao redor do mundo desempenhou um papel similar na sua manutenção.

Embora possa ser argumentado que esse apoio subordinava-se à divisão do mundo em esferas de interesse das duas grandes potências, ou seja, tornava-se apenas formal nos casos ocorridos na área de ação dos norte-americanos, ou mesmo que se tratava de um apoio interessado, de uma subordinação dos interesses dos movimentos progressistas ao interesse nacional soviético, parece clara a ocorrência de apoios de forte base ideológica. Como assinala **Hobsbawm**, é difícil encontrar um componente interessado no apoio continuado a organizações como a **OLP** ou o Congresso Nacional Africano.

Face a esse rol de razões, a posição do partidário do regime no mundo capitalista tendia a desqualificar as denúncias como simples propaganda da "imprensa burguesa". Mesmo que contivessem verdades parciais, o déficit em democracia era visto como temporário, imposição da guerra fria, e amplamente compensado pelos superávits em igualdade, justiça social e solidariedade internacional

Página 6

3. A URSS do pós-guerra à derrocada

O fim da segunda guerra mundial é marcado pela expansão do sistema para fora das fronteiras da União Soviética. A Europa oriental, mediante doses variadas de coerção e participação popular, define-se pelo sistema a partir de 1948. Seguem-se China, Coreia do Norte e Vietnã do Norte. Nos anos 50 vem o ingresso de Cuba. Na década seguinte, a Indochina, e, nos setenta, alguns países da África. O último – e malgrado – degrau dessa escalada foi a invasão do Afeganistão, já nos anos 80.

O fato é que o mundo do pós-guerra caracterizou-se pela bipolaridade. A guerra fria ditou a dinâmica das relações internacionais, em alguns momentos com a vantagem aparente para o bloco soviético.

Talvez o momento de otimismo mais intenso para os soviéticos tenha ocorrido ao final da década de 1950, após a denúncia, por parte de **Krushev**, dos crimes cometidos por **Stálin**. Apesar da crise que se abateu sobre o movimento comunista – afinal as mentiras da imprensa burguesa revelavam-se verdades – uma expectativa de democratização foi criada. Esperava-se que a reforma fosse além da eliminação das características mais claramente totalitárias do regime, no rumo de uma nova ordem política democrática.



Além disso, a economia continuava a crescer a taxas expressivas, o que levou aquele líder soviético a prognosticar a ultrapassagem da economia americana no espaço de duas ou três décadas. Finalmente, a União Soviética havia iniciado a corrida espacial, aparentando estar na vanguarda tecnológica do planeta.

Krushev é derrubado em 1964. No prolongado governo que se seguiu, liderado por Breshnev, todas as expectativas alimentadas no período anterior foram sendo frustradas. A economia entrou num período de estagnação e a perspectiva de ultrapassar os americanos tornou-se uma quimera. A corrida espacial logo mostrou nítida vantagem americana, e o nível de vida da população soviética começou a crescer de forma muito mais lenta que o de seus vizinhos capitalistas.



[SAIBA MAIS sobre a queda da União Soviética](#)

Página 7

Por que o sistema estagnou, após décadas de crescimento elevado?

Uma explicação plausível é supor que os limites da planificação central, como instrumento preponderante de coordenação econômica, haviam sido alcançados. Conforme essa hipótese, chegou um momento em que a economia e a sociedade se tornaram demasiado complexas para a capacidade de resolução de um único plano. Nesse momento, as ineficiências pontuais começaram a somar-se e a potencializar seus efeitos. A produção entra em declínio, manifesto na escassez, democraticamente (com a importante exceção das cúpulas partidárias) distribuída nas filas.

Questão mais intrigante é a persistência da situação de estagnação por mais de duas décadas, sem sinais de tentativas de alteração de rumos. A posteriori é relativamente simples diagnosticar a falta de mecanismos de correção do sistema.

Um primeiro tipo de mecanismo de mercado permitiria a localização imediata dos pontos de estrangulamento da economia, os bolsões de ineficiência, primeiro passo para sua extirpação. Na falta de mercado, a crise era camuflada, o desempenho falseado nos informes burocráticos encaminhados às instâncias superiores e as responsabilidades diluídas no coletivo.

Um segundo mecanismo possível de controle também se encontrava ausente: a democracia. O livre debate e crítica dos resultados econômicos poderia levar a uma correção de rumos. No entanto, a desestalinização apenas removera o mecanismo totalitário, remanescendo um Estado fortemente ditatorial. Não havia mais expurgos, prisões, confinamentos e execuções como antes, mas a liberdade de expressão e organização não se restaurara.

Página 8

A consciência da necessidade das mudanças começa a infiltrar-se nos quadros partidários. Obedecendo a uma ordem lógica, aqueles setores com mais informação sobre os acontecimentos do mundo exterior – ou seja, a diplomacia e o serviço de informações –, convenceram-se em primeiro lugar da necessidade de reformular radicalmente o sistema sob pena de derrota imediata. Em outras palavras, se o objetivo era manter uma alternativa real, competitiva, ao sistema capitalista, o socialismo real deveria ser completamente alterado.



Essa a proposta que ganhou o poder, em primeiro lugar com Andropov, posteriormente com **Gorbachev**. Foi sintetizada nas palavras *glasnost* (transparência econômica e política) e perestroika (reestruturação).

Sabemos que o projeto de auto-reforma do sistema fracassou. A intensidade dos conflitos encobertos em setenta anos de socialismo ultrapassou os meios disponíveis para levar a transição a bom termo. A transparência na economia e a aceitação tímida de mecanismos de mercado não resultaram em aumento imediato da produção, mas num momento de desorganização produtiva. Além disso, introduziu, desde o primeiro momento, a presença do risco, fazendo perigar a segurança econômica, embora num padrão limitado, que o sistema garantia até então a todo cidadão soviético. A mudança parecia conduzir a um mundo com todos os males do capitalismo e nenhuma de suas vantagens. Embora não fosse reversível, dificilmente seria possível a permanência no poder do grupo que iniciara o processo.



[Curiosidades sobre Mikhail Sergueievich Gorbachev](#)

Página 9

Mesmo assim, pode-se afirmar que o colapso era inevitável? Mesmo a tentativa de auto-reforma era indispensável? Afinal, por que não prosseguir no mesmo rumo, com mais vinte anos de estagnação? A tentativa de resposta a essas questões exige um exame das mudanças que então ocorriam no mundo capitalista.



Após a segunda guerra mundial, tem início um período de crescimento econômico continuado que perdura por três décadas. Essa "era de ouro" do capitalismo apresentava a particularidade de dispensar mudanças tecnológicas de monta, de maneira que o desemprego manteve-se relativamente baixo nos Estados Unidos e na Europa ocidental.

Para os marxistas, essa situação era considerada evidência do fato de a contradição entre as relações de produção capitalistas e o desenvolvimento das forças produtivas haver alcançado seu estágio final. Sob o capitalismo os avanços científicos não mais conseguiam ser transpostos para tecnologias aplicáveis à produção. Quando muito, eram revertidos para o desenvolvimento de forças destrutivas, como no caso evidente da energia nuclear.

Esse período tem o seu final nos primeiros anos da década de 1970. A desvinculação do dólar em relação ao ouro e o choque dos preços do petróleo iniciaram um período de turbulência econômica, com fortes implicações políticas.

Página 10

A mudança de fundo, no entanto, já se encontrava em curso. Uma seqüência de inovações científicas e tecnológicas, nos campos da informática, da robótica, da química fina, dos novos materiais, da biotecnologia, começava a acontecer. A articulação entre essas inovações potencializava seus efeitos e acelerava o ritmo da mudança. O resultado dessas mudanças, denominadas genericamente de revolução científico-tecnológica, foi a redução do tempo necessário à locomoção de bens e pessoas. O mundo encolheu e a informação passou a circular em tempo real.

Todas essas mudanças ocorreram no âmbito do capitalismo. É sintomático o fato de a estrutura de produção científica do socialismo, comparável à capitalista, não haver conseguido incorporar-se ao processo de inovação de tecnologia. Pelo contrário, a nova economia que surge dessa revolução parece necessitar de mercado, ou seja, de decisões econômicas automáticas e descentralizadas e de algum grau de democracia, de circulação plena das informações. A ausência de ambas as condições havia levado, como vimos, à situação de estagnação do mundo soviético. Nas novas condições, a carência se tornava mais grave, pois sinalizava a impossibilidade de o sistema soviético alcançar e superar o capitalismo ocidental.

Página 11

A estagnação em si já estava abalando a legitimidade do regime, pois, nesse período, alguns países capitalistas menores haviam superado os soviéticos até nas áreas que constituíam ponto de honra do socialismo: a saúde e a educação. Segundo **Hobsbawn**, o simples fato de a expectativa de vida do soviético haver sido ultrapassada por países capitalistas europeus representava um forte abalo na legitimidade do sistema, principalmente para seus operadores políticos, a burocracia partidária.

A revolução científico-tecnológica soma-se a esse quadro. A perspectiva passou a ser o salto em produtividade, riqueza e qualidade de vida dos países capitalistas desenvolvidos, com o conseqüente aumento da distância em relação a um bloco comunista, no seu conjunto, estagnado. Tornava-se difícil, senão impossível, manter a lealdade do povo com qualquer combinação de persuasão e coerção que se empregasse.

Em suma, na perspectiva da avaliação aqui apresentada, a queda do socialismo real deveu-se à incapacidade que o sistema mostrou de cumprir as promessas que o sustentavam. O déficit em liberdade e democracia era tolerável enquanto percebido como temporário, como próprio de uma etapa de conflito intersistêmico, anterior à vitória socialista que instalaria a abundância e a igualdade.

Página 12

O salto tecnológico do capitalismo mostrou a insuficiência do experimento soviético para suplantá-lo. A etapa posterior de vitória desapareceu do horizonte, e as mazelas até então aceitas e justificadas num cálculo ilusório de perdas e ganhos de longo prazo passaram a ser compreendidas apenas como mazelas, a serem eliminadas com a maior rapidez possível.

Outras avaliações da queda do socialismo real dão ênfase a momentos pontuais da história, a decisões políticas equivocadas, às potencialidades abandonadas pelo sistema, em razão do resultado das disputas intrapartidárias em vários instantes cruciais. Todas afirmam, em última análise, a viabilidade do sistema, mesmo sob novas condições, no caso de decisões políticas corretas.

Hobsbawn, para citar um exemplo, dá grande importância ao fato de os soviéticos terem se beneficiado dos aumentos do preço do petróleo, entrando no mercado como vendedores, abastecendo-se assim das divisas de que precisavam. A dependência de um resultado comercial favorável com o Ocidente teria sido fatal no médio prazo para o regime. Postula-se, implicitamente, com essa posição, a hipótese de isolamento, com sucesso, do bloco. O mundo comunista poderia, nas novas condições, manter-se austero e igualitário, independentemente do que estivesse ocorrendo nos países capitalistas.



Página 13

Na mesma vertente corre a explicação que assinala a causalidade imediata. Soviéticos não teriam conseguido competir na corrida armamentista, e a economia ter-se-ia arruinado no esforço de guerra. Retornamos aqui à explicação de cunho estrutural. Quais as razões dessa ineficiência relativa? Em alguma engrenagem de seu funcionamento o socialismo real perdera a competição e deixara de ser alternativa ao capitalismo.

O impulso formulador de novos modelos para a esquerda, objeto dos próximos módulos, deriva, em boa medida, da autocrítica radical da experiência soviética, da convicção de que esse modelo demonstrou ser incapaz, nas condições presentes, de atingir os objetivos de longo prazo que caracterizam uma política de esquerda.



Passemos agora a mais uma auto-avaliação.

Página 14

Conclusão



Acompanhamos, neste módulo, a ascensão e declínio do sistema conhecido como socialismo real. Examinamos as razões de seus sucessos parciais, assim como as causas de sua estagnação, após um expressivo período de crescimento acelerado. Vimos, em síntese, que a economia centralmente planejada revelou suas limitações, à medida que a sociedade foi tornando-se mais complexa. A revolução técnico-científica, ocorrida no âmbito do sistema capitalista, decretou a impossibilidade de o socialismo competir e, em última análise, de subsistir.

Palavras finais

Muito bem, você chegou ao final do curso de Doutrinas Políticas Contemporâneas: Socialismo!

Esperamos que os conhecimentos aqui adquiridos sejam importantes para sua vida pessoal e profissional. E que você os multiplique, pois assim estará não só aprimorando e consolidando seu aprendizado, mas também ajudando a construir uma coletividade mais consciente e cidadã.